

A DESIGUALDADE SOCIAL E SUA IMPLICAÇÃO NO ACESSO AOS DIREITOS HUMANOS À ALIMENTAÇÃO E À ÁGUA: UMA PERSPECTIVA PERIFÉRICA DA CAPITAL PARAIBANA

LARISSA LAMPERT LICHT
Universidade Federal da Paraíba
Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba

JOSÉ VITOR DE MATOS AURÉLIO
Universidade Federal da Paraíba
Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar a desigualdade social e sua implicação no acesso aos direitos humanos à alimentação e à água, tendo como foco principal uma perspectiva periférica da capital do Estado da Paraíba. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no qual se insere também o direito à água, se compõe de duas valiosas premissas: a disponibilidade e a acessibilidade do alimento, esta última um dos maiores problemas para a implementação do direito no contexto brasileiro, fundamental para assegurar a dignidade humana, princípio assegurado no artigo 1º, inciso III, da Constituição. Na esteira do pensamento do médico brasileiro Josué de Castro percebe-se que a principal barreira para a satisfação do direito à água está na ausência de prioridade das políticas públicas, uma vez que o problema não está na produção e sim na distribuição de alimentos e de água. Isso implica o surgimento de grandes desigualdades que comprometem direitos básicos das populações periféricas aos alimentos adequados e à água. O estado da Paraíba faz parte da região do semiárido brasileiro, o qual ocupa 11% do território nacional e abarca oito dos nove estados que compõem a região nordestina. Nesta região, por evidente, existem empecilhos naturais e geográficos para efetivar direitos humanos fundamentais. Nesse viés, o presente estudo se propõe analisar, a partir dos referenciais da Companhia de Água e Esgotos do Estado da Paraíba, os dados de consumo de água enquanto componente do direito à alimentação, tendo como laboratório dois bairros periféricos da Capital paraibana (Funcionários e Cidade Verde), ambos ainda sem tratamento de esgotos e com muito baixo consumo de água. De outro lado, serão abordados os dados de consumo de água de um bairro na zona nobre (Altiplano), cujo desenvolvimento é recente, com tratamento de esgotos e maior consumo de água diante da média realizada entre o consumo total e a quantidade de residências. Ao final se pretende verificar a influência das políticas públicas para a consolidação das desigualdades entre uma região e outra da Capital e sua repercussão para a efetividade do direito à água enquanto elemento fundamental para a efetivação do direito à alimentação adequada. A pesquisa encerra um estudo de caso e se fundamenta em linha teórica das concepções de Hans Jonas, Zygmunt Bauman, e Boaventura de Sousa Santos, servindo-se do método dedutivo, partindo-se do âmbito geral da inefetividade do direito à água enquanto componente do direito à alimentação, para a realidade particular dos bairros analisados. Complementam a metodologia a abordagem da doutrina e da legislação brasileiras relacionadas ao direito à alimentação adequada.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA;
DIREITO À ÁGUA; DESIGUALDADE SOCIAL; POLÍTICAS PÚBLICAS.